

Ata da 74ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em trinta de outubro de 2013, com início às quatorze horas e trinta e oito minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, convidando o vereador Vanderlei para integrar a mesa de honra, ao tempo em que solicitou ao senhor Segundo Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa.

PEQUENO EXPEDIENTE - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Ofício nº 25/2013 da Comissão de Justiça e Redação comunicando mudança nos horários das reuniões. Ofício nº 39/2013 do gabinete do vereador Gugu Bueno informando sua ausência nesta sessão. Ofício nº 103/2013 do gabinete do vereador João Paulo de Lima também, comunicando ausência nesta sessão. Ofício nº 110/2013 do gabinete do vereador Jaime Vasatta informando ausência na presente sessão. Ofício nº 128/2013 do vereador Pedro Martendal parabenizando pelo evento “Representantes Próximo do Povo” e justificando a sua ausência em dois deles. Ofício nº 239/2013, do gabinete do vereador Vanderlei comunicando licença do mandato de vereador pelo prazo de 30 dias, a partir de 01/11/2013. Projeto de Resolução nº 17 de 2013. Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº 71/2013. Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº 120/2013. Substitutivo 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº 158/2013. Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº 198/2013. Emenda 1 à 20 do Projeto de Lei nº 199/2013. Emenda 25 ao Projeto de Lei nº 199/2013. Parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos a Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº 120/2013. Pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº 120/2013, ao Substitutivo 1 do Projeto de Lei nº 141/2013, bem como ao Projeto de Lei nº 203/2013. Requerimentos nº 308 à nº 313/2013. Indicações nº 1305 à nº 1338/2013. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Vanderlei Augusto da Silva e Robertinho Magalhães. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, quando o vereador Nei Haveroth solicitou a inclusão do Projeto de lei nº 182/2013, sendo o pedido acatado pelo senhor Presidente. Antes de adentrar na Ordem do Dia, o senhor Presidente cumprimentou o arcebispo Dom Lúcio por sua presença, haja vista os votos de congratulação, de iniciativa do vereador Fernando Winter. Na sequência o vereador Fernando Winter expôs breve biografia do homenageado, ao que o arcebispo agradeceu emocionado o reconhecimento do seu ministério, frisando que consistia em levar Deus ao coração do homem e o do homem para com Deus. **ORDEM DO DIA** – Em discussão e votação as atas da 71ª e 72ª das sessões ordinárias, realizadas nos dias 21 de outubro e 22 de outubro 2013, foram aprovadas pela totalidade de votos dos vereadores presentes. No prosseguimento, o ofício do gabinete do Prefeito Municipal nº 454/2013, pedindo aprovação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 205/2013, foi submetido à discussão. Usou da palavra o vereador Rui Capelão para questionar o pedido, sob o argumento de que em se tratando

de pagamento de dívida, com mais de 30 anos, por meio de imóveis, não se justificava a urgência. Acrescentou ainda, que recentemente houve projeto similar, devolvido em razão de algumas incoerências. Arrematou informando que votaria contrário ao pedido de urgência e, ao projeto em si. Em aparte, o vereador Jorge Bocasanta defendeu a necessidade de análise criteriosa, a fim de não incidir em erro semelhante. Afirmou também, que votaria contrário por entender não haver pressa. Usou da palavra o vereador Nei Haveroth, mencionando respaldo legal e administrativo para o pedido de urgência, contemplado inclusive no regimento interno, de sorte que ao legislativo cumpria simplesmente a apreciação. Defendeu também, que o prazo de 30 dias era suficiente para a análise e a detecção de eventuais falhas. O pedido de urgência para deliberação do Projeto de Lei nº 205/2013 foi submetido a votação nominal e, aprovado por 15 votos favoráveis e 02 contrários; sendo a favor os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jeovane Machado, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Rômulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini e contra os vereadores: Jorge Bocasanta e Rui Capelão. Em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 192/2013, usou da palavra o vereador Jorge Bocasanta que expressou dúvida quanto ao prazo limite para votação do referido projeto, acreditando ser este até 31 de agosto, haja vista exigência legal de 90 dias para os tributos com fato gerador, baseado em 1º de janeiro de cada exercício. Em aparte, o vereador Luiz Frare afirmou que todos os anos neste período a UFM – Unidade Fiscal do Município é reajustada, sem qualquer intenção de favorecer a quem quer que seja. Submetido a 2ª votação o Projeto de Lei nº 192/2013, este foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Na sequência em 2ª discussão e 2ª votação o Projeto de Lei nº 77/2013 foi igualmente aprovado, pela totalidade dos vereadores presentes. No prosseguimento a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 120/2013, obteve parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, pelo que submetido de pronto à discussão. Em uso da palavra o vereador Jorge Bocasanta, questionou o papel do vereador e patenteou a sua indignação em face do parecer contrário que teve por argumento a ausência de rubrica correspondente. Em aparte, o vereador Paulo Beber esclareceu que não é possível ao legislativo renunciar a receitas, sendo tal prerrogativa do Poder Executivo. Pontuou que se não houvesse esta vedação legal, não teria dificuldade de votar a favor da emenda. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti defendeu a revogação da taxa de sinistro, vez que é mais uma, das inúmeras existentes que são cobradas. Em uso da palavra o vereador Claudio Gaitero pontuou que a aludida emenda contraria a LRF – lei de responsabilidade fiscal, no seu artigo 14; justificando assim o voto contrário. Sugeriu ao vereador proponente que efetuasse então, indicação a respeito. O vereador Paulo Beber corroborou a sugestão apontada, ao tempo em que conclamou os demais pares para subscreverem juntos. Acrescentou também, que faria indicação propondo que os recursos provenientes do ITR fossem canalizados exclusivamente para a agricultura, haja vista o repasse, via Prefeitura. Em aparte, o vereador Luiz Frare lembrou que há em Cascavel aproximadamente 130 mil imóveis, sendo que o montante arrecadado pela taxa de sinistro foi de 1 milhão e oitocentos mil reais, até 30.08.2013. Explicou que 30% deste valor foi destinado a Defesa Civil, enquanto que os 70% restante direcionado para o Corpo de Bombeiros.

Acrescentou, que cada imóvel paga em média, R\$ 15,00 por ano, aí incluindo o residencial e comercial. Lembrou que no passado os equipamentos não apresentavam condições satisfatórias de uso e que na atualidade os mesmos são modernos e atendem perfeitamente as exigências da população, graças aos recursos provenientes da taxa de sinistro. Em votação o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento a Emenda 1 de 2013 do Projeto Lei nº 120/2013 foi aprovado, pela totalidade dos vereadores presentes. Destarte, restou rejeitada a Emenda 1 de 2013 ao Projeto de Lei nº 120/2013. Na sequência o Presidente submeteu a 2ª discussão o Projeto de Lei nº 120/2013, transmitindo a palavra ao vereador Paulo Bebbler que afirmou que a despeito de ser boa a destinação da mencionada taxa, a responsabilidade pelo seu recolhimento era do Estado. Defendeu ainda, a necessidade de prestação de conta destes recursos; bem como de rever a lei que deu origem ao projeto. Por sua vez, em aparte, o vereador Nei Haveroth lembrou que o Estado cria mecanismos para efetivar as políticas públicas, através de parceria com os municípios, por impossibilidade de concretizar plenamente todas as ações. Lembrou que ausente esta participação, resultaria em retrocesso, a exemplo do que ocorre com a Polícia Militar que não tem sequer como efetuar a manutenção da própria frota. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti lembrou que segurança é um dever do Estado e, que o povo já paga tributos embutido em inúmeros produtos. Inobstante reconhecer a relevância destes recursos para o corpo de bombeiro, frisou que o empresário não suporta mais uma carga tributária tão elevada. Em uso da palavra o vereador Paulo Porto afirmou que quem atende a população carente não é o hospital privado; reiterando que em havendo problema de gestão no Hospital Universitário há que se fazer a devida apuração, mas que de forma alguma a saúde pode ser privatizada, pelo que pediu voto favorável ao referido projeto. Em aparte, o vereador Jorge Bocasanta defendeu que para cada paciente internado no Hospital Universitário seria possível internar vinte no Hospital Santa Catarina. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti afirmou que o Estado não oferece o mínimo do que se acha postado na Constituição Federal no que concerne a educação, saúde e segurança, daí a discussão de tema que aliás, já tem previsão constitucional. Em uso da palavra, o vereador Rui Capelão defendeu que os hospitais privados que atendem ao SUS não deveriam ter a taxa de sinistro cobrada, protestando pela aplicação analógica do art. 10 que isenta os clubes esportivos que representam o município; acrescentou que considerava ridícula tal cobrança. Questionou a bitributação que sofre o comércio e a indústria, bem como a obrigação desta Casa de Leis de efetuar os ajustes necessários no que tange a esta taxa. Em aparte, o vereador Nei, ressaltou a importância de trabalho preventivo realizado pelo corpo de bombeiros de modo pontual. Em uso da palavra, o vereador Aldonir Cabral questionou o fluxo de atendimento por parte do Hospital Universitário, lembrando que antes de ser admitido naquele nosocômio é obrigatória a passagem pelas UPA's – Unidades de Pronto Atendimento. Em aparte, o vereador Vanderlei corroborou a afirmativa do vereador Cabral e adiantou que a admissão imediata no Hospital Universitário só é feita, através do SIAT ou SAMU. Em aparte, o vereador Romulo Quintino lembrou a obrigatoriedade de passagem pelos PAC's – Posto de Atenção Continuada. Protestando por questão de ordem, o vereador Jorge Menegatti pontuou que estava havendo dispersão, no tocante ao foco do projeto. Em aparte, o vereador Robertinho Magalhães, reiterou a obrigatoriedade do

encaminhamento para atendimento no Hospital Universitário. Em aparte, o vereador Fernando Winter, protestou também por maior objetividade. Por último, o Presidente submeteu a 2ª votação o Projeto de Lei nº 120/2013 que foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em seguida, em 2ª discussão e votação Projeto de Lei nº 194/2013, foi igualmente aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Considerando a existência de consenso no tocante aos requerimentos de nº 308, 309, 310, 311, 312 e 313/2013, estes foram votados em bloco e aprovado pela totalidade dos vereadores presentes; sendo que o vereador Rui Capelão requisitou cópia da resposta ao requerimento nº 309/2013 proposto pelo vereador Robertinho Magalhães, ao que este aquiesceu. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Vanderlei Augusto da Silva. O vereador Vanderlei, mencionou dois requerimentos de sua autoria, pleiteando a construção de dois novos colégios estaduais nas regiões ali indicadas, ao tempo em que apelou para o apoio dos Deputados de Cascavel. Comunicou que estaria se licenciando do mandato de vereadores por trinta dias, sem remuneração, para que o colega de partido, Irineu Zotti assumisse a vaga no dia 01.11.2013. Em aparte, o vereador Nei parabenizou o vereador Vanderlei pela iniciativa de solicitar a construção de escolas, principalmente as estaduais e a instalação no bairro Parque Verde, já que as atuais estão abarrotadas. Em aparte, o vereador Romulo Quintino, também destacou a importância de novas escolas; ao tempo em que afirmou que por ocasião da licença a falta do nobre edil seria sentida, dada sua atuação positiva e firme. Afirmou que faria requerimento pleiteando escolas para a região sul. O vereador Paulo Bebber pediu para registrar o evento promovido pela ACIC, ou seja, 8º Concurso Universitário de Oratória, versando sobre a Trajetória e os Feitos de Mario Pereira, enquanto Governador do Estado do Paraná, contando com a presença do homenageado. Em aparte, Fernando Winter elogiou o gesto de nobreza e desapego do vereador Vanderlei, ao abrir espaço para a suplência. O presidente deu as boas-vindas ao senhor Irineu Zotti. Na sequência o último inscrito, vereador Robertinho Magalhães apontou pontos críticos existentes na cidade de Cascavel, devido à marginalidade, drogas e violência. E enalteceu a parceria da Secretaria de Esportes, através do secretário Vanderlei Faust e do seu diretor, Agnaldo, como a Polícia Militar que adotou o espaço do Centro Esportivo Ciro Nardi. Destacou o excelente trabalho desenvolvido pelos policiais: Marcos Leandro Ker, Ailson Andrade Franz e Douglas Pacheco dos Santos. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e quarenta minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrar por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo 2º Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

ROMULO QUINTINO
2º Secretário

